

# **Escola Secundária de Sampaio**

APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

JANEIRO DE 2007

## **1. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ESCOLA**

### **1.1. Contexto físico e social**

A Escola Secundária de Sampaio situa-se num território educativo do concelho de Sesimbra constituído basicamente pelas duas freguesias mais antigas, Santiago e Castelo, já que a freguesia da Quinta do Conde, a mais recente e populosa, por ficar a cerca de 25 Km da vila, constitui um território educativo autónomo.

A freguesia de Santiago, com cerca de 5800 habitantes, é constituída pela população residente na vila, a qual tem vindo a decrescer em virtude da forte especulação imobiliária que obriga os jovens casais a ir residir para fora, sobretudo para a freguesia do Castelo. Deste modo, a população desta freguesia é constituída maioritariamente por idosos, pelo que grande parte dos alunos que frequentam a Escola Básica 2,3 de Sesimbra, situada na vila, são provenientes de aldeias rurais cujas escolas do 1ºciclo e JIs (Jardins de Infância) se encontram integradas no mesmo agrupamento de escolas.

A freguesia do Castelo é constituída pelas populações das aldeias circundantes à vila, cerca de 15.200 habitantes, e tem vindo a registar um crescimento populacional não apenas devido aos deslocados da vila mas também de outras zonas do país. É nesta freguesia que se situam a Escola Secundária de Sampaio e a Escola Básica 2,3 de Santana, que também constitui agrupamento com as restantes Escolas do 1º ciclo e JIs não integradas no 1º agrupamento de escolas.

A população que frequenta a escola é sobretudo proveniente das duas escolas básicas existentes no território educativo, embora nos últimos anos tenhamos assistido a um aumento do número de alunos provenientes da Quinta do Conde cujas infra-estruturas escolares são insuficientes para as necessidades, e também de Azeitão, que pertence a outro concelho. O número relativo de estrangeiros a viver no concelho (2,5%) não é particularmente significativo comparado com o de (6%) que se verifica na AML (Área Metropolitana de Lisboa) ou em alguns concelhos vizinhos, onde é muito superior. Apenas o número relativo de brasileiros a viver no concelho é superior à média nacional (0,5%), destacando-se também o número relativo reduzido de provenientes dos PALOP (0,8%) comparado com o que se verifica na AML (3,4%) e em alguns concelhos vizinhos onde essa taxa é muito superior.

O concelho está inserido na área metropolitana de Lisboa e, de acordo com dados do INE, nesta área estão sediadas cerca de 30% das empresas nacionais que empregam perto de 1,3 milhões de pessoas (33% do emprego nacional) e contribuem com mais de 36% para o PIB nacional. No concelho destacam-se pela sua importância as empresas da construção civil, da extracção de inertes, da indústria hoteleira, da pesca e dos serviços; todavia, muitos residentes trabalham sobretudo nos concelhos vizinhos de Lisboa e Setúbal, já que a taxa de desemprego no concelho é das mais elevadas dentro da AML.

Segundo dados relativos aos CENSOS de 2001, os níveis de instrução atingidos pela população do concelho são particularmente baixos sobretudo a partir do 9º ano de escolaridade, em que os índices encontrados são não só muito inferiores aos verificados na AML no seu conjunto como também comparativamente com a média nacional (apenas 22,7% da população possui o ensino secundário completo e 6,8% o ensino superior completo).

Verifica-se também um baixo nível cultural da população em geral, o que se justifica face à carência de equipamentos culturais que apenas muito recentemente começaram a surgir devido ao esforço das autarquias para minorar a situação. Ainda assim, não existe no concelho um teatro, um cinema ou sequer uma livraria em condições. Em termos sociais, os vários núcleos populacionais que constituem o território educativo têm uma formação compósita, não se verificando actualmente entre eles diferenças significativas em termos económicos ou culturais. Deste modo, não existem no território zonas particularmente deprimidas em termos sociais ou zonas com violência acentuada que exerçam qualquer tipo de influência no funcionamento da escola.

## **1.2. Dimensão e condições físicas da escola**

A escola encontra-se bem situada em termos do território educativo, pela sua centralidade, sendo servida por uma razoável rede de transportes públicos sobretudo no período diurno. As instalações, previstas para a frequência de 30 turmas, são constituídas por quatro pavilhões de dois andares com salas de aula e laboratórios, um pavilhão térreo com refeitório e bar de alunos e um balneário anexo ao campo polidesportivo.

O recinto da escola é bastante agradável, possui amplos espaços verdes com jardins, um anfiteatro ao ar livre, um campo de volei de praia, um *skatepark* e um parque de estacionamento para viaturas que foram sendo construídos ao longo dos anos com o apoio da autarquia e de algumas empresas da região.

Além das salas de aula normais, a escola possui três laboratórios de Informática, um laboratório de Física-Química e um laboratório de Biologia-Geologia. Para as aulas de Educação Física, além do campo polidesportivo, a escola partilha o Pavilhão Municipal com a Escola Básica 2,3 de Santana.

No que respeita a condições especiais para deficientes, além de sanitários próprios, existem nos espaços exteriores rampas de ligação entre os vários níveis, bem como um elevador de acesso para a Biblioteca e Laboratórios de Informática, no pavilhão principal.

A escola está integrada na rede das bibliotecas escolares, embora o espaço destinado para a Biblioteca/Centro de Recursos já se revele insuficiente face à utilização. O laboratório de Física-Química precisa de ser redimensionada tendo em conta as actuais necessidades pelo que já foi apresentado à DREL um projecto que prevê a transformação de alguns espaços existentes num segundo laboratório. O laboratório de Biologia-Geologia além de insuficiente também regista alguma carência de equipamentos.

As instalações da escola foram construídas há cerca de vinte anos e, embora ainda apresentem boas condições de segurança, necessitam de algumas melhorias como pintura, substituição da iluminação, remodelação das instalações sanitárias, entre outras.

Embora se trate de uma escola secundária que oferece todos os cursos de prosseguimento de estudos e alguns cursos profissionalizantes, sempre foi política da escola manter em funcionamento o 3º ciclo porque a Escola Básica 2, 3 de Sesimbra não tem capacidade para dar continuidade a todos os alunos na transição do 2º para o 3º ciclo e porque permite uma melhor gestão dos recursos humanos existentes e o desenvolvimento de projectos que no ensino secundário dificilmente são exequíveis. Nesta medida, o número de turmas (39) que frequentam actualmente a escola em regime diurno é um pouco excessivo, o que limita muito os espaços para outras actividades de enriquecimento curricular.

É fundamental para a escola a construção de um pavilhão tecnológico que aumente o número de salas disponíveis e permita diversificar as ofertas formativas profissionalizantes, proposta que faz parte da actual carta educativa do concelho.

## **1.3. Caracterização da população discente**

A população discente reflecte a composição social do território educativo sendo constituída por alunos provenientes de todas as classes sociais sem que haja grupos específicos que se evidenciem. Ainda assim, verifica-se que o nível de escolarização dos pais é ligeiramente superior ao do concelho em geral, o que se justifica, em parte, por se tratar de gente mais jovem; destaca-se que cerca de 40,3% dos pais concluíram o ensino secundário 17% concluíram o ensino superior, cerca de 19,3% apenas concluíram o 4º ano e 1,5% não obtiveram qualquer diploma.

O ambiente cultural relativamente pobre reflecte-se na escola já que uma parte dos alunos e respectivos pais não têm grandes expectativas, não consideram a escola como instrumento essencial ao desenvolvimento de competências para uma melhor inserção no mercado de trabalho e uma melhoria da qualidade de vida.

A taxa de estrangeiros inseridos na população escolar é inferior a 2%, com uma incidência maioritária de brasileiros. Deste modo, não existe na escola a necessidade de uma preocupação especial com a integração de culturas ou etnias diferentes. Apenas os alunos provenientes dos países do leste

Europeu enfrentam de início alguns problemas devido à barreira da língua, os quais, a escola, na medida do possível, tem procurado resolver com êxito, mediante o recurso a aulas de apoio.

A população escolar frequenta sobretudo o Ensino Secundário (cerca de 75%) e o 3º ciclo (cerca de 25%). Existe uma preferência maioritária dos alunos e pais pelos cursos de prosseguimento de estudos apesar de a escola procurar, na medida do possível, oferecer alguns cursos profissionalizantes, que muitas vezes não abrem por falta de inscrições. Muitos destes alunos, incorrectamente inscritos nos cursos que frequentam, não chegam a concluir o ensino secundário ou, se o concluem não entram no ensino superior. A escola, atenta a este problema, tem procurado, através dos cursos de Educação e Formação, dar alguma resposta; todavia, estes não têm tido a adesão esperada talvez por serem um pouco desvalorizados socialmente.

Não existem grandes problemas na escola com a falta de assiduidade dos alunos, sendo bastante reduzido o número de reprovações por excesso de faltas. Também não é particularmente relevante o número de alunos com apoio sócio-educativo (17 alunos usufruem de escalão A e 29 alunos de escalão B); no entanto, existem alguns casos de alunos que, mesmo não tendo direito a estar incluídos num dos escalões, a escola apoia com almoço e suplemento alimentar.

Quanto às necessidades educativas especiais, existem 17 alunos a usufruir de apoio por técnicos especializados.

#### **1.4 Pessoal docente**

O pessoal docente é constituído, no presente ano lectivo, por 112 professores dos quais 85 são do quadro da escola, 18 do quadro de zona pedagógica e 9 contratados. Além destes, a escola tem dois docentes do quadro requisitados nos serviços do Ministério da Educação, dois requisitados no ensino superior, dois requisitados noutros serviços, um deslocado por ausência de serviço e um a exercer o cargo de director do Centro de Formação da Associação de Escolas. Por outro lado, não é frequente os professores do quadro da escola pedirem destacamento para outras escolas tendo no presente ano lectivo, apenas um docente sido destacado através desse processo.

Podemos dizer que, na sua maioria, o corpo docente é bastante experiente pois mais de  $\frac{3}{4}$  dos professores pertencem ao quadro da escola (75,9%) e a sua experiência profissional ronda em média os 21 anos de serviço. No que respeita aos professores do quadro de zona pedagógica (16,1%), grande parte colocados na escola para suprir as necessidades surgidas em virtude das requisições e destacamentos, a sua experiência profissional é um pouco menor rondando em média os 10 anos de serviço. Os professores menos experientes são os contratados (cerca de 8% do total) e, ainda assim, a sua experiência profissional ronda em média os cinco anos de serviço.

É prática na escola atribuir aos departamentos curriculares a tarefa de elaborarem a proposta de distribuição do serviço docente respectivo, intervindo o presidente do conselho executivo apenas como regulador do processo tendo em conta os critérios definidos em conselho pedagógico. São considerados, entre outros de menor importância, os seguintes critérios para a distribuição do serviço docente:

1º A continuidade pedagógica, sempre que é solicitada pelos professores e se considere vantajosa para os alunos;

2º A classificação profissional dos docentes tendo em vista ordenar as preferências dos mesmos;

3º A experiência profissional e competência demonstradas. Por exemplo, o 12º ano apenas é atribuído a professores do quadro com experiência. Os cursos de educação e formação e profissionais são atribuídos, preferencialmente, a professores com experiência e com perfil adequado a lidar com jovens com comportamentos mais problemáticos;

4º O serviço docente relativo ao 3º ciclo é distribuído, o mais possível, pelos vários professores de cada grupo, de forma a não ficar concentrado num ou dois horários, por forma a permitir um maior envolvimento dos departamentos com este nível de ensino e tornar mais viável uma articulação vertical dos programas.

No que respeita aos níveis de assiduidade docente, na escola, de uma maneira geral, não existem muitas situações de elevado absentismo e as recentes medidas ministeriais vieram reduzir bastante as

ausências ao serviço. Ainda assim, para minimizar os efeitos das ausências dos professores, a escola adoptou o seguinte dispositivo:

1º Quando um docente sabe que vai faltar ao serviço procura, em primeiro lugar, trocar a sua aula com a de outro colega da mesma turma, não havendo, neste caso, lugar para a marcação de falta;

2º Se não for possível efectuar a troca com um colega da mesma turma, o docente entrega ao conselho executivo, com pelo menos três dias de antecedência, um plano da aula a ser ministrada. O conselho executivo procura outro docente da mesma disciplina que esteja disponível nesse tempo lectivo e propõe-lhe a leccionação da aula como serviço extraordinário;

3º Quando nenhuma das situações anteriores é possível de implementar ou quando os docentes faltam por motivos imprevistos, não podendo antecipadamente avisar o conselho executivo, entra em funcionamento o processo de acompanhamento dos alunos. Para este processo está organizada uma distribuição de serviço (anexo 9) de forma a que estejam sempre disponíveis pelos menos dois docentes em cada tempo lectivo. Num gabinete criado para este fim, existe um dossiê por turma, com fichas de trabalho de cada disciplina elaboradas pelos próprios professores da turma e que são actualizadas regularmente. Quando um docente é chamado a fazer uma actividade de acompanhamento leva uma ficha de trabalho da disciplina cujo professor se encontra a faltar, para ser realizada pelos alunos, ficha essa que posteriormente será entregue ao professor que faltou.

Temos consciência de que a criação de ateliês ou de clubes temáticos na escola poderia permitir a distribuição dos alunos em caso de ausência do professor, o que seria mais apelativo para estes; no entanto, devido à falta de espaços disponíveis, não foi possível implementar outro dispositivo.

#### **1.5. Pessoal não docente**

A escola tem ao serviço, no presente ano lectivo, 11 funcionários administrativos, 7 do quadro e 4 contratados, sendo que 2 destes últimos exercem funções no Centro de Formação. Podemos afirmar que este número é suficiente para as necessidades da escola especialmente porque os níveis de absentismo não são muito elevados.

Não existe chefe de serviços de administração escolar por colocação; no entanto, a funcionária que assegura esse cargo em substituição é bastante competente o que muito contribui para a qualidade do serviço prestado. As áreas administrativas estão organizadas da seguinte forma: área de alunos, com dois funcionários; área do pessoal, com dois funcionários; SASE e economato dois funcionários; área de vencimentos e tesouraria, com um funcionário; área de contabilidade, assegurada pela chefe de serviços; e o expediente geral, assegurado por um funcionário.

Presentemente, não existe rotatividade dos funcionários pelas diferentes áreas em virtude da complexidade dos programas informáticos que obrigam a ter formação específica. Ainda assim, este constrangimento não tem causado problemas no funcionamento da escola já que existem pelo menos dois funcionários por área e a falta de assiduidade é reduzida. Os serviços administrativos funcionam em espaço aberto, sendo o público atendido de forma personalizada pelos funcionários respectivos de cada sector.

Quanto a auxiliares da acção educativa, a escola tem ao serviço 27 funcionários, 18 do quadro e 9 contratados, e conta ainda com duas pessoas contratadas a horas para limpeza que realizam o mesmo tipo de tarefas. Dadas as características físicas da escola e o seu regime de funcionamento que obriga à elaboração de horários entre as 7 horas e as 24 horas diariamente, podemos afirmar que o número de funcionários é insuficiente. Por este motivo, é talvez este o sector que apresenta maior dificuldade em termos de gestão de pessoal. Acresce o facto de que grande parte dos funcionários têm idade avançada, muitas limitações físicas e psicológicas e poucas qualificações.

Por outro lado, a taxa de absentismo é bastante elevada, havendo dias em que, por razões várias, faltam 4, 5, 6 ou mais funcionários, pelo que se torna muito difícil gerir a escola. Quando acontece esta situação, o conselho executivo procura assegurar o funcionamento dos sectores-chave tais como a portaria, o pbx, o bar de alunos, a biblioteca em detrimento da vigilância nos pavilhões ou do apoio às aulas de educação física, o que nem sempre é bem compreendido pelos professores afectados.

Para combater o absentismo o conselho executivo implementou prémios de assiduidade, convertidos em dias de férias nas interrupções lectivas, e tem conseguido alguns resultados positivos; no entanto, no caso das doenças crónicas e das perturbações psíquicas, é impossível intervir.

Por último, a escola tem ainda ao serviço 5 cozinheiras e 2 guardas nocturnos, todos do quadro, sectores que não oferecem problemas de maior. O refeitório da escola funciona muito bem sempre com regularidade (refira-se que nunca fechou por falta de pessoal) e em termos qualitativos podemos afirmar que está acima da média dos refeitórios escolares. Sendo os níveis de absentismo baixos o refeitório nunca fechou por falta de pessoal. A segurança durante a noite também parece eficaz já que, nos 20 anos de funcionamento, a escola nunca foi assaltada, talvez em parte, também pela existência dos cães de guarda.

## **1.6. Recursos financeiros**

Não se pode afirmar que o financiamento da escola é o mais adequado uma vez que o orçamento que lhe é atribuído pelo ministério da educação apenas é suficiente para fazer face às despesas correntes, como as provenientes dos consumos de água, energia, comunicações, materiais de limpeza, serviços de reprografia, etc. Normalmente não são previstas neste orçamento, mesmo que solicitadas com a devida justificação, verbas aceitáveis, que permitam, por exemplo, a aquisição de equipamentos para o apetrechamento dos laboratórios ou para a modernização do equipamento audio-visual.

Por outro lado, os pedidos destes equipamentos que nos últimos anos têm sido efectuados para a DREL também não têm sido atendidos, pelo que a escola tem procurado através de outras fontes de financiamento fazer face a algumas das suas carências. São exemplo disso, desde há alguns anos, os projectos financiados a que a escola tem concorrido, tais como: “Nono ano mais um”; “Ciência Viva”; “Crie”; “Escolas, professores e computadores portáteis”, entre outros. Salientam-se ainda os donativos que a escola tem conseguido angariar, das autarquias locais e de algumas empresas da região para apoiar projectos implementados.

É significativo também o financiamento que a escola consegue através das suas receitas próprias, o que tem permitido a manutenção dos espaços e dos equipamentos existentes fazendo face às necessárias reparações e, através de uma gestão rigorosa do mesmo, fazer ainda alguns investimentos em equipamento que são priorizados anualmente.

As opções orçamentais são normalmente definidas em conselho administrativo, sendo que, os investimentos de maior monta são discutidos e aprovados pela assembleia de escola aquando da definição das linhas orientadoras do orçamento. Por vezes, também é solicitado ao conselho pedagógico que se pronuncie sobre opções a tomar em termos orçamentais.

O acompanhamento da gestão orçamental é sempre feito em conselho administrativo e o relatório e contas é discutido e aprovado pela assembleia de escola. Na reunião destinada à aprovação do relatório e contas está sempre presente a chefe de serviços de administração escolar, responsável pela contabilidade, para que possam ser prestados todos os esclarecimentos necessários.

## **2. PROJECTO EDUCATIVO**

### **2.1. Prioridades e objectivos**

O projecto educativo da nossa escola foi elaborado pela primeira vez em 1998 e reformulado em 2001 e 2006. Este último, presentemente em vigor, resultou da avaliação do grau de consecução do anterior, a qual foi feita com o contributo de toda a comunidade educativa. Esta pôde manifestar a sua opinião quer através de um conjunto de inquéritos realizados (anexo 3), quer através dos seus representantes nas diversas estruturas e órgãos de gestão. Foi com base nestes dados – e após ampla divulgação em todos os domínios da comunidade educativa – que se estabeleceram as prioridades do projecto educativo. Como o próprio subtítulo indica, continua-se a trabalhar no sentido de construir uma escola inclusiva, que seja um serviço público de qualidade e que sirva toda a população. Para tal devemos combinar o rigor e a exigência com a adopção de medidas de pedagogia diferenciada, diversificando as situações de aprendizagem, os currículos, as actividades extra-curriculares, etc., sem

deixar de garantir o desenvolvimento das competências essenciais. Pensamos que ele é, antes de mais, um projecto humanista.

O projecto educativo da escola foi construído em torno de cinco ideias centrais que aparecem sob a designação de “princípios orientadores”. Estes apresentam-se como grandes finalidades, ao mesmo tempo que balizam áreas onde a acção educativa é prioritária e operacionalizam-se em objectivos e em práticas que deverão conduzir à sua consecução. Uma vez que o projecto educativo se encontra em anexo (anexo 2), apresentaremos os cinco princípios e, sucintamente, os objectivos essenciais.

1º FLEXIBILIZAR O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, PROMOVEDO O DESENVOLVIMENTO E REALIZAÇÃO DAS CAPACIDADES GLOBAIS DOS ALUNOS. Entende-se que este é um princípio orientador do sucesso educativo uma vez que só há aprendizagem se for significativa. Dá-se especial relevo ao processo ensino-aprendizagem, às actividades lectivas — às estratégias, metodologias, dinâmicas e recursos, mas também à avaliação — considerando-se que elas devem promover o desenvolvimento de competências ao nível do saber, do saber-pensar, do saber-fazer e do saber-ser, que permitam aos alunos uma inserção ajustada ao mundo actual. Daí que os objectivos enunciados se situem tanto ao nível das capacidades como ao nível dos valores e das atitudes.

2º DIVERSIFICAR AS OFERTAS FORMATIVAS VISANDO TANTO O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR COMO A FORMAÇÃO DE TÉCNICOS DE NÍVEL INTERMÉDIO. Sendo a entrada no ensino superior o objectivo da maior parte dos alunos, a escola tem como oferta todos os cursos científico-humanísticos existentes no ensino secundário, dependendo a abertura de turma no número de inscrições. Para além disto, a escola pretende alargar progressivamente a oferta de cursos profissionalizantes, de modo a incrementar a formação de técnicos de nível intermédio e, tendo em consideração os interesses diferenciados e as múltiplas capacidades, apontar alternativas que garantam a alguns alunos uma formação para a vida activa e evitem o insucesso e abandono escolar.

3º VALORIZAR O PAPEL DA ESCOLA COM ACTIVIDADES DIVERSIFICADAS DE CARÁCTER CULTURAL, DESPORTIVO E LÚDICO. Os objectivos aqui perseguidos não são substancialmente diferentes dos do primeiro princípio orientador. Estas actividades são práticas educativas fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo de *outro modo*, mas não menos, para a aquisição de metodologias de trabalho, para a sua educação cívica, para o desenvolvimento da sua autonomia. Para além disso, facultam um maior conhecimento da região em que vivem, ao mesmo tempo que os ajudam a colmatar as lacunas de um meio pobre em actividades culturais.

4º TRANSFORMAR “UMA ESCOLA NA COMUNIDADE” EM “UMA ESCOLA DA COMUNIDADE”. Desde sempre a população de Sesimbra viveu longe da escola e, por isso mesmo, desde o seu aparecimento que a escola sentiu necessidade de reforçar a ligação à comunidade, através de uma maior proximidade aos pais e encarregados de educação e de uma cooperação com a autarquia, as empresas, as escolas, o centro de saúde e outras instituições.

5º IMPLEMENTAR A AUTO-AVALIAÇÃO COMO UM PROCESSO PARTICIPADO E REFLEXIVO, de modo a que toda a comunidade escolar tenha um *feedback* permanente sobre a qualidade das aprendizagens e o funcionamento da escola em geral. Este processo tem tido como núcleo o *observatório de qualidade* que acompanha a concretização do projecto educativo.

## **2.2. Estratégias e planos de acção**

Sendo a nossa escola a única secundária no concelho, procura-se oferecer todos os cursos orientados para o prosseguimento de estudos, dependendo a sua abertura das escolhas dos próprios alunos. Tem-se procurado também investir nos cursos orientados para a vida activa, inicialmente nos currículos alternativos no terceiro ciclo e nos cursos tecnológicos no ensino secundário, actualmente mais nos cursos de educação e formação e nos profissionais. As áreas privilegiadas têm sido: electricidade, hotelaria, administração, turismo e informática. Estas opções, tomadas em conselho pedagógico, tiveram em conta os recursos disponíveis (físicos e humanos) e as possibilidades do meio

tendo em vista a realização de estágios. Neste sentido, realizaram-se sessões de esclarecimento e reuniões com os pais, na nossa e nas outras escolas.

Desde que foi implementado o projecto de gestão flexível do currículo no ensino básico, em que esta escola foi uma das pioneiras, que se tem insistido no reforço das aprendizagens consideradas essenciais e estruturantes, nomeadamente nas disciplinas de Português, Matemática e nas Ciências Experimentais, as quais usufruíram durante anos do tempo lectivo suplementar a gerir pela escola, e ainda através quer da realização de projectos e/ou dinamização de clubes, processos essenciais para desenvolver um conjunto de competências próprias do pensamento e do trabalho científico. O tempo a gerir pela escola passou, no presente ano lectivo, a ser atribuído à Matemática em virtude do plano de acção entretanto implementado para combate ao insucesso nesta disciplina. Os alunos do 9º ano usufruem ainda de um tempo suplementar de apoio a Português com o objectivo de os exercitar na realização de questões de exame.

No ensino secundário também foi dada uma importância especial às disciplinas com exame nacional, nas quais se mantém a realização de uma prova global no final de cada ano. No 12º ano foi introduzido um tempo suplementar de apoio a Português com o objectivo de os exercitar na resolução de questões de exame seguindo-se a mesma metodologia nas disciplinas de Matemática e de História.

Por outro lado, temos procurado valorizar as áreas disciplinares que permitem aos alunos a aquisição de métodos e técnicas de trabalho (Área de Projecto, Projecto Tecnológico e Estudo Acompanhado) entregando-as a professores com formação e/ou perfil adequado.

O nosso projecto educativo está organizado da forma que nos pareceu mais conveniente e eficaz. Na sequência dos objectivos surgem as práticas que nos permitirão alcançá-los. Temos consciência de que, embora apresentadas de forma clara e exaustiva, elas não esgotam todas as possibilidades, na medida em que no dia-a-dia de uma escola precisamos decidir em função de novos problemas ou como consequência de alterações legislativas; as circunstâncias obrigam-nos a reinventá-las, discuti-las e avaliá-las permanentemente. Quando tal acontece, procuramos, sempre que possível, fazê-lo através do debate que envolva todos aqueles a quem essas práticas dizem respeito. Entendemos que o projecto educativo, embora se configure num documento escrito, nem por isso é estático, devendo perspectivar-se como um princípio dinâmico de acção, como algo vivo.

De entre as que são enumeradas, salientamos como práticas fundamentais: reforçar o trabalho de equipa entre os professores quer ao nível do conselho de turma, quer ao nível dos grupos disciplinares; valorizar as áreas curriculares que permitem aos alunos adquirir métodos e técnicas de trabalho, assim como ultrapassar algumas dificuldades provenientes das diferenças individuais e dos diferentes ritmos de trabalho e/ou modos de aprendizagem; dar prioridade a métodos de ensino que desenvolvam atitudes de participação e colaboração por parte dos alunos; desenvolver uma avaliação diversificada, transparente e justa; atribuir as funções específicas a professores com perfil adequado para o seu desempenho; implementar medidas de apoio educativo, nomeadamente investindo na sala de estudo; incrementar medidas de apoio psicológico e de orientação educativa; estabelecer um clima de afecto, responsabilidade, confiança e disciplina; envolver mais a comunidade local.

Na implementação destas práticas são envolvidas todas as estruturas educativas. Salientamos, contudo, o papel das estruturas intermédias como os departamentos curriculares, os conselhos de directores de turma, os conselhos de turma, os pais e encarregados de educação e os alunos através dos seus representantes. Tem-se procurado confrontar opiniões, partilhar experiências, debater e chegar a consensos, envolvendo todos nas decisões e incitando cada um a assumir a responsabilidade que lhe cabe. Contudo, é evidente que são as estruturas que integram professores os motores fundamentais do dinamismo da escola, devido à reduzida participação das estruturas representativas dos pais e dos alunos (associação de pais e encarregados de educação e associação de estudantes).

Quanto aos órgãos de gestão, salienta-se o papel fundamental do conselho executivo e do conselho pedagógico, órgão onde se discutem não só as grandes opções educativas como também se delineiam, após amplo debate, as estratégias para resolver problemas emergentes no quotidiano. À assembleia de escola cabe um papel mais institucional, final, competindo-lhe a aprovação ou não dos

documentos essenciais, o que faz sempre analisando e discutindo as propostas apresentadas pelos restantes órgãos de gestão ou por grupos de trabalho.

Contrariamente ao que acontecia no projecto educativo anterior, não existe nenhum princípio explicitamente relacionado com a formação dos docentes e não docentes. O que não significa que esta tenha deixado de ser uma prioridade, mas entendeu-se no ano 2006, ano de *todas as mudanças* na escola, nomeadamente do próprio estatuto da carreira docente, bem como de outra legislação, que seria muito difícil estabelecer um plano exequível à semelhança do que se fez relativamente a outras áreas. Assim, pensamos continuar com as práticas habituais que consistem em decidir, em conjunto com o centro de formação, as prioridades de formação para cada ano. Até agora têm sido procuradas acções de formação no domínio das TIC, das didácticas específicas, especialmente aquelas que ajudam a acompanhar as reformas dos programas e dos currículos e que dizem respeito à emergência de novas áreas disciplinares (EA, AP). Estamos todos conscientes de que para atingir os objectivos a que nos propomos é necessária uma formação e actualização permanentes, sabendo que, por exemplo, para a implementação de um programa de educação sexual na escola ou de auto-avaliação os professores envolvidos deverão ter a formação adequada.

No que respeita à formação para funcionários, para além daquela que é promovida pela DREL e pelas associações sindicais, também o centro de formação tem promovido algumas acções de formação, que entretanto deixaram de ser financiadas. Além disto, a escola tem financiado formação para os funcionários administrativos, designadamente na utilização de software informático.

### **3. A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA**

#### **3.1. Estruturas de gestão**

Todas as estruturas de orientação educativa e órgãos de gestão da escola estão conscientes dos seus papéis e das suas responsabilidades e têm lideranças consideradas competentes pelos seus pares, segundo os resultados dos inquéritos (Anexo 2). Sabemos que algumas, como os grupos disciplinares e/ou os departamentos curriculares, têm um papel mais contínuo, uma vez que tradicionalmente a escola se tem organizado assim, e a maioria dos problemas que surgem no dia-a-dia são de teor didáctico, da gestão da sala de aula e exigem uma reflexão conjunta a este nível. Mesmo quando são problemas decorrentes da relação professor-aluno, ou até de natureza disciplinar, considera-se em geral que a sua resolução passa não só por estratégias pedagógicas, mas também por outras do domínio das didácticas específicas, o que faz com que se procure, junto dos colegas de grupo, apoio, conselhos, etc.

Relativamente aos departamentos curriculares, segundo o inquérito realizado aos professores, funcionam em geral bem e com boas lideranças. Desde 1998 foram tentadas algumas formas diferentes para a sua constituição, tendo-se procurado respeitar a vontade dos grupos, as semelhanças entre as disciplinas e ainda o número de professores que os integram (este último ponto não deixa de ser relevante uma vez que sabemos quão difícil é trabalhar em grupos grandes).

Excluindo o início do ano lectivo, em que decorrem várias reuniões para planificar, definir e aferir critérios de avaliação, os departamentos curriculares reúnem ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que os assuntos a tratar o justifiquem.

É também de realçar que nos horários de todos os professores foram incluídos na componente de estabelecimento dois tempos semanais, de presença obrigatória, destinados às reuniões (à quarta-feira, das 13.30 às 15h), tendo em vista incrementar o trabalho de equipa entre os professores. Estas reuniões podem ser de departamento, de grupo disciplinar, de anos de escolaridade, de directores de turma, de professores da Área de Projecto, etc.

Aos conselhos de turma compete a articulação curricular — que permitirá desenvolver nos alunos uma visão integradora do saber —, a avaliação e a organização das actividades do grupo turma. Tem-se tentado dinamizar cada vez mais esta estrutura de forma a que se afirmem estratégias, nomeadamente no domínio da organização das aulas de substituição e de acompanhamento dos alunos na ausência do professor, assim como no combate à indisciplina e abandono escolar. Reúnem ordinariamente quatro vezes por ano (início, 1º, 2º e 3º períodos) e extraordinariamente sempre que for necessário.

Uma ou duas vezes por período há um conselho de directores de turma, orientado pelo coordenador do 3º ciclo ou do secundário. Uma vez que há assuntos com características específicas, as reuniões decorrem em separado e têm fundamentalmente como objectivos a preparação das reuniões de avaliação e com os encarregados de educação, sendo também ocasião de partilha de experiências e esclarecimento de dúvidas. Esta conjugação de esforços é importante, uma vez que o director de turma tem um papel central no funcionamento da escola, não só no apoio que presta aos alunos como também na relação que procura estabelecer com os encarregados de educação, assim como na orientação vocacional e na dinâmica que imprime aos conselhos de turma.

A coordenação da área de projecto do 3º ciclo e do ensino secundário é feita pelos respectivos coordenadores de ciclo que reúnem com os professores que leccionam estas áreas.

Ao nível dos serviços especializados de apoio educativo, têm sido desenvolvidos projectos de parceria com as outras escolas do concelho e com a Cercizimbra, no âmbito da portaria 1102/97, que têm proporcionado a colaboração de uma psicóloga e de uma assistente social, serviço que embora insuficiente é imprescindível para a escola já que não existe, por parte do ministério, a colocação destes técnicos. O núcleo de apoios educativos, para além destas duas técnicas, tem sido assegurado também por professores formados em educação especial, que faziam parte da equipa de apoios educativos de Sesimbra. No entanto, foi apenas a partir do presente ano lectivo que a escola pôde contar com a colocação de um professor especializado a tempo inteiro.

No que respeita aos serviços de psicologia e orientação também foi estabelecida uma parceria com a Câmara Municipal que permite à escola usufruir da colaboração gratuita de uma psicopedagoga que desenvolve, ao longo do ano lectivo, um programa de orientação aos alunos, designadamente no 9º ano e no 12º ano, que inclui a realização de testes vocacionais.

A coordenação dos projectos em desenvolvimento tem sido assegurada pela responsável do centro de recursos, tal como é indicado nas normas de funcionamento da rede pública das bibliotecas escolares, na qual a escola se inclui.

Quanto aos órgãos de gestão, a responsabilidade cabe fundamentalmente ao conselho executivo e ao conselho pedagógico, havendo entre os dois uma grande articulação, configurada no facto de o presidente ser comum aos dois órgãos. Entende a escola que esta disposição permite uma visão mais integrada e uma acção mais coordenada. Cabendo a maioria das decisões ao conselho executivo, este órgão não deixa de ouvir o conselho pedagógico em grande parte das suas decisões e de ter uma colaboração activa das lideranças intermédias, nomeadamente dos coordenadores de departamento e dos coordenadores dos directores de turma. O presidente do conselho executivo participa, por vezes, nas reuniões dos departamentos curriculares, no sentido de assegurar uma melhor comunicação entre os dois órgãos e de promover um maior grau de aproximação.

### **3.2. Gestão pedagógica**

Os professores estão permanentemente atentos para sinalizar alunos com problemas de integração, aprendizagem, socio-económicos, ou outros, a fim de poderem desencadear mecanismos de apoio. Na maioria das vezes, este apoio começa numa aproximação maior por parte do director de turma, que procura intencionalmente não só o diálogo com o aluno como também com os pais e encarregados de educação. O director de turma também tem um papel fundamental quando são detectados alunos em risco de abandono ou com um baixo rendimento escolar.

No caso dos alunos com dificuldades de integração no grupo turma, o director de turma procura, consoante as circunstâncias, conversar com os outros professores e alunos com o intuito de procurar ajuda para resolver a situação através de uma acção concertada. Outras vezes são desenvolvidas iniciativas no sentido de se estabelecerem tutorias. Se necessário, procura-se o apoio da assistente social e/ou da psicóloga.

Quando se detectam problemas de aprendizagem, é convocado o professor dos apoios educativos que passa a acompanhar os alunos e a trabalhar conjuntamente com os professores do conselho de turma. Nesta situação, são muitas vezes elaborados critérios de avaliação ajustados à especificidade

destes casos. Os alunos com maus resultados escolares são muitas vezes orientados para o apoio pedagógico acrescido (APA) ou para a sala de estudo, onde têm uma atenção mais personalizada com esclarecimento de dúvidas e onde podem elaborar trabalhos com a ajuda de professores (anexo 8).

Desde há mais de 10 anos que a escola se tem organizado no sentido de dinamizar uma sala de estudo de qualidade, onde haja permanentemente professores de várias disciplinas, com reforço naquelas em que tradicionalmente há mais dificuldades. Inicialmente, estas horas eram atribuídas a professores mais motivados para este tipo de apoio e eram retiradas do crédito horário da escola, o que obrigava sempre a fazer opções. Ultimamente, foi possível atingir este objectivo, na medida em que muitas das horas da componente de estabelecimento foram usadas nesta forma de apoio. Deve, contudo, realçar-se que a frequência é livre e muitos dos alunos com bons resultados também a procuram para reforçar as suas aprendizagens, nomeadamente os do 12º ano, com o propósito de se prepararem para os exames nacionais. Os professores, conjuntamente com o conselho executivo, têm procurado marcar as suas horas de permanência na sala de estudo em função dos horários dos alunos de modo a que estes possam frequentá-la, uma vez que a experiência dos outros anos tem mostrado que estes procuram sobretudo a ajuda dos seus próprios professores.

Também se tem procurado a equidade e a justiça através da diferenciação dos percursos escolares, procurando criar currículos alternativos assim como oferecendo cursos profissionalizantes. É no mesmo sentido que se tem desenvolvido um trabalho permanente sobre a avaliação.

A supervisão pedagógica é assegurada, em primeiro lugar, pelos coordenadores e subcoordenadores de departamento. Todavia, é frequente, serem os directores de turma, no seu contacto mais directo com os alunos e os encarregados de educação, a detectar eventuais problemas de natureza pedagógica. Nestes casos, o conselho executivo é informado e procura junto dos professores em causa esclarecer as situações e sempre que possível ultrapassar os problemas. Os professores com dificuldades no desempenho das suas funções são apoiados, em primeiro lugar, pelos coordenadores e subcoordenadores em interacção com os outros docentes do departamento.

A qualidade científica e pedagógica da actividade lectiva é assegurada através do trabalho coordenado dos docentes integrados nos departamentos curriculares, nomeadamente a planificação conjunta das actividades lectivas e não lectivas (aulas de substituição, sala de estudo, APA, etc.) em reuniões semanais. Esta planificação inclui a definição de estratégias e metodologias, a aferição de critérios de avaliação, a elaboração conjunta de fichas de trabalho e de testes.

A monitorização dos resultados é feita em primeiro lugar nas reuniões de conselho de turma através da análise da avaliação realizada pelos professores e/ou outros técnicos dos apoios educativos, dos relatos do director de turma sobre os contactos estabelecidos com os pais, etc. Aliás, sempre que numa turma ou numa disciplina se verifica grande taxa de insucesso é exigido que o conselho de turma analise a situação, justifique os resultados e estabeleça estratégias que visem, na medida do possível, superar os problemas, devendo as mesmas ser registadas em acta.

Além disto, o observatório de qualidade faz uma análise da avaliação sumativa que é realizada em cada período escolar, por disciplina, por turma e por ano de escolaridade, tendo em vista detectar eventuais discrepâncias. Esta análise é apresentada e discutida em conselho pedagógico sendo depois enviada para os departamentos curriculares a quem compete tomar as medidas convenientes no sentido de colmatar os problemas eventualmente detectados. Também as reuniões com os pais e alunos servem para receber um *feedback* do modo como decorrem as actividades lectivas.

### **3.3. Procedimentos de auto-avaliação institucional**

Para avaliar e monitorizar a sua actividade e os resultados, é importante que os mecanismos institucionais funcionem eficazmente. Referimo-nos às reuniões de conselho pedagógico, dos conselhos de turma, da assembleia de escola, onde toda a comunidade educativa tem os seus representantes e poderá, através deles, fazer um trabalho crítico relativamente à actividade da escola. Para além disso, são mobilizadas todas as estruturas e órgãos de gestão para um trabalho de recolha, análise e interpretação de dados, que seguidamente são discutidos e divulgados. Para tudo isto, são usados os

seguintes meios: (1) questionários periódicos feitos pelo observatório de qualidade, assim como inquéritos realizados pelos directores de turma e professores no início e/ou final de cada ano lectivo; (2) pautas de avaliação das turmas e respectiva estatística no final dos períodos; (3) plano anual de actividades e balanço realizado no final do ano lectivo; (4) reuniões do conselho executivo com os delegados de turma; (5) relatórios sobre as visitas de estudo, a execução dos projectos e o funcionamento das várias estruturas de orientação; (6) actas de reuniões.

Internamente, são envolvidos o conselho executivo e o conselho pedagógico, os departamentos, o observatório de qualidade, que se apoia, por sua vez, em dados externos fornecidos pelo Ministério da Educação (por exemplo pelo ENES) e pelos Rankings publicados nos jornais. Neste ano lectivo, recorreu-se a uma empresa de consultoria que nos ajudará a implementar o CAF na escola.

A implementação da auto-avaliação foi inicialmente encarada com desconfiança e, embora progressivamente tenha entrado na rotina da escola, uma vez que é feita durante todo o ano, ainda hoje não é vista por todos como algo positivo e assumida como um meio indispensável à melhoria da escola.

#### **4. LIGAÇÃO À COMUNIDADE**

##### **4.1. Articulação e participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola**

Como já foi anteriormente referido, a actuação dos pais relativamente à sua participação na vida da escola foi tradicionalmente passiva ou mesmo de distanciamento. A escola tem trabalhado no sentido de mudar esta atitude, nomeadamente desencadeando todos os mecanismos necessários para garantir a presença dos representantes dos pais e encarregados de educação nos órgãos de gestão e mobilizando-os para a constituição de uma associação de pais, que durante muito tempo não existiu. Não foi fácil e estamos conscientes de que esta participação, embora tenha melhorado, ainda não corresponde àquilo que seria desejável. Muitos pais nunca vêm à escola, nem quando são convocados pelos directores de turma, e muito menos para participar em reuniões propostas pela associação de pais. Isto apesar de se ter um particular cuidado em convocá-los atempadamente, através de impressos próprios e até telefonicamente, e de marcar as reuniões em horário pós-laboral. O conselho pedagógico pronunciou-se recentemente sobre a necessidade de um maior envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar, no sentido de ampliar a sua acção educativa contribuindo mais para um efectivo sucesso dos seus educandos.

No sentido de incentivar os pais a aproximarem-se mais da escola, têm-se criado oportunidades para a sua participação em iniciativas mais informais, como por exemplo assistirem a actividades realizadas pelos seus educandos, em festas, etc. Contudo, pensa-se que este mecanismo deverá ser mais reforçado e difundido.

##### **4.2. Articulação e participação das autarquias**

O nível de participação das autarquias na vida da escola é bastante razoável, sobretudo da Câmara Municipal, nomeadamente no apoio financeiro a projectos e em ajudas para a realização de melhorias nas estruturas físicas da escola. São exemplos disto, o seu contributo para a implementação do cartão electrónico na escola, a pintura dos campos de jogos, a construção do parque de estacionamento, do campo de volei de praia e do skateparque. Além disto, destaca-se o apoio que é dado ao nível da orientação vocacional, e na colocação dos alunos dos cursos de educação e formação em estágio, no âmbito do protocolo estabelecido entre a escola, a câmara e o centro de formação do Seixal. Salienta-se também o apoio que é dado no transporte de alunos em visitas de estudo ou no âmbito do desporto escolar e o apoio-técnico/pedagógico no âmbito da exploração de recursos específicos do concelho, por exemplo, visitas de estudo guiadas ao património do concelho.

Em contrapartida, a escola tem participado activamente nas iniciativas para que é convidada, pelas autarquias, designadamente na Assembleia Municipal de Jovens de iniciativa da Assembleia Municipal, nas mostras de projectos educativos e nas recepções à comunidade educativa de iniciativa da

Câmara Municipal. Ao nível institucional, o presidente do conselho executivo participa nas reuniões da associação de escolas do concelho (antiga comissão concelhia de educação), é membro dirigente do centro de recursos educativos do concelho, é membro do Conselho de Acção Social e membro do Conselho Municipal de Educação.

#### **4.3. Articulação e participação das instituições locais**

Podemos afirmar que, embora necessite de um maior aprofundamento, é razoável o nível de colaboração entre a escola e algumas instituições locais ou regionais. São exemplo disso as respostas positivas às solicitações da escola que, determinada em implementar cursos profissionalizantes, tem procurado parcerias com entidades e instituições locais e até de âmbito regional, como o Centro de Formação do Seixal tutelado pelo IEFP. Algumas empresas locais têm colaborado com a escola, na aceitação de alunos para realizarem o estágio profissional e também apoiando financeiramente alguns projectos implementados que, de outra forma, não seriam exequíveis.

Além disso a escola tem projectos a decorrer que contam com a colaboração de instituições locais ou regionais designadamente: Cercizimbra, no projecto dos apoios educativos; Centro de Saúde de Sesimbra, no projecto de promoção de estilos de vida saudáveis; Biblioteca Municipal, no âmbito do plano nacional de leitura; Núcleo de Espeleologia da Costa Azul, no apoio a visitas de estudo guiadas ao património natural local; IPJ, no apoio a candidaturas a programas europeus; Rotary Club de Sesimbra no apoio a jovens com dificuldades económicas e na atribuição de bolsas de estudo.

### **5. CLIMA E AMBIENTE EDUCATIVOS**

#### **5.1. Disciplina e comportamento cívico**

A educação para a cidadania, componente essencial de todo o acto educativo, pode e deve ser vivida, partilhada e reflectida em contextos reais diversificados. Assim, pessoal docente e não docente assume-a como tarefa sua, que deve ser exercida no dia-a-dia da vida escolar, em todas as interacções pessoais, dentro ou fora da sala de aula.

No que diz respeito às actividades lectivas, procura-se que todos os professores exerçam intencionalmente essa função. Não só na área de Formação Cívica, mas em todas as disciplinas, a propósito dos conteúdos curriculares ou das metodologias, se procura educar para a cidadania. Em disciplinas e áreas disciplinares transversais como Filosofia, Área de Projecto ou Estudo Acompanhado, ela é assumida como uma prioridade.

Não existem na escola situações graves de violência e de indisciplina. Em anos anteriores, assistiu-se a duas ou três cenas de violência entre alunos, embora não tenham tido origem em circunstâncias vividas na escola. O que, de facto, preocupa mais os professores é a falta de concentração e a postura displicente dos alunos nas aulas, que afecta negativamente o trabalho em sala de aula. Com a finalidade de serem propostas medidas, a adoptar por todos, foi realizada, este ano, uma reunião extraordinária de conselho pedagógico.

É política da escola (nem sempre assumida por todos os professores) somente usar como último recurso a ordem de saída da sala de aula. Quando tal se torna imperioso, o aluno é enviado para o gabinete onde estão professores disponíveis para o receber a fim de resolver fichas de trabalho, entregues pelo professor da disciplina. Assim, é garantido que o aluno está a trabalhar e evita-se que perturbe o funcionamento das aulas.

Quando se trata de actos mais graves de indisciplina, actua-se em conformidade com a legislação tendo-se sempre em conta que os castigos devem ter uma finalidade educativa, de integração e não de exclusão. Aliás é também neste sentido que, por vezes, se procura integrar os alunos mais indisciplinados em projectos, como por exemplo no desporto escolar.

## 5.2. Motivação e empenho

A motivação e empenho são elementos constituintes da nossa personalidade e não dependem apenas de factores externos. Contudo, sabemos que as condições objectivas de trabalho são fundamentais para desenvolver a dinâmica de uma escola. Por isso, se tem procurado proporcionar, por um lado, boas condições físicas, bons equipamentos, bons serviços, por outro lado, um bom ambiente entre todos. Daí a importância atribuída à preparação inicial do ano lectivo, nomeadamente à elaboração de turmas e dos horários. Seguindo-se sempre a legislação e os critérios definidos em conselho pedagógico, o conselho executivo tem ainda o cuidado de ouvir os professores assim como a preocupação de equidade e justiça. Nesse sentido, têm-se tentado respeitar os pedidos feitos na reunião de distribuição de serviço, quer quanto à mancha horária, quer na atribuição dos níveis a leccionar. Mesmo nos horários dos professores que são colocados na escola pela primeira vez, e portanto não puderam optar, tem-se o cuidado de fazer um *bom* horário, sabendo que é fundamental para combater o absentismo e para a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Quanto aos alunos, é muito difícil respeitar as preferências indicadas para os horários, uma vez que todos preferem aulas só de manhã, o que é manifestamente impossível. O que se procura é alternar os anos entre os turnos da manhã e da tarde de tal forma que aqueles que têm disciplinas em atraso possam frequentar as aulas (por exemplo, 10º e 12º preferencialmente de manhã, 11º à tarde). Também se tem tentado manter os alunos que vêm juntos do 2º ciclo nas mesmas turmas, de forma, a que a adaptação à escola seja mais fácil. Essas turmas continuam basicamente iguais a não ser na transição do 9º para o 10º ano porque escolhem áreas diferentes.

Os alunos de todos os anos são recebidos pelo director de turma no início do ano lectivo, dando especial atenção àqueles que vêm para esta escola pela primeira vez (7º e 10º anos). Além de uma pequena conversa na sala de aula, é feita uma análise do regulamento interno e uma visita à escola para explicar onde funcionam os vários sectores. Nas primeiras semanas de aulas, o director de turma procede à eleição do delegado e subdelegado de turma. Para permitir uma melhor comunicação com os alunos, o conselho executivo reúne com os delegados de turma, uma vez por período, para serem prestados esclarecimentos e para que possam ser apresentados pelos alunos eventuais problemas sobre o funcionamento da escola em geral. Na primeira destas reuniões é também eleito o representante dos alunos no conselho pedagógico.

Relativamente à integração dos docentes, é feita uma recepção nos primeiros dias de Setembro, que inclui alguns acespipes e um beberete para que de um modo informal e alegre se promova o convívio entre os participantes. Esta recepção é habitualmente seguida de uma reunião geral de professores, onde o presidente do conselho executivo dá informações sobre o funcionamento da escola e apresenta em traços gerais o plano das actividades de preparação do novo ano lectivo. Contudo, o papel fundamental nesta integração é sempre dos colegas de departamento e, especialmente, do coordenador. Em geral, o ambiente é acolhedor, as relações pessoais e profissionais agradáveis e a socialização feita facilmente (segundo a opinião da maioria dos colegas novos).

Para além dos contactos pessoais dos directores de turma ou do conselho executivo, a escola dispõe, para a integração e o envolvimento da comunidade escolar, dos seguintes meios de informação:

- Uma página na Internet considerada de muita qualidade e muito visitada. Dela constam a história da escola, o projecto educativo, o regulamento interno, o projecto curricular de escola, e informações para os alunos que vão sendo actualizadas sobre a constituição das turmas, dos horários, das avaliações de final de período, do calendário de exames, dos resultados obtidos nos exames, etc.

- A plataforma Moodle que, além de veículo de informação entre professoras e alunos, se tem tornado uma boa forma de comunicação e partilha de materiais de trabalho entre professores da nossa escola (e até com outras escolas).

- O jornal escolar *Opinião*, que tem envolvido vários professores e alunos e que desenvolveu algumas formas de colaboração com o jornal local *Sesimbrense*

## 6. RESULTADOS

### 6.1. Resultados académicos

No ano lectivo 2003/04, constituiu-se em conselho pedagógico um grupo de trabalho com o propósito de fazer um estudo sobre os resultados que a escola obteve nos exames nacionais de 12º ano.

Começou por ser feito um levantamento detalhado das classificações obtidas pelos alunos no final do 12º ano e em exame. Depois, procurou-se examinar as informações recolhidas de modo a determinar variáveis que permitissem compreender os diferentes comportamentos dos alunos nos exames. Assim, (1) fez-se uma análise das classificações atribuídas aos alunos nos três anos do secundário (ou no 12º ano, no caso das disciplinas anuais); (2) estas classificações foram comparadas com os resultados dos exames; (3) analisou-se a discrepância entre a Classificação Interna Final e a Classificação de Exame; (4) compararam-se os resultados de cada turma nas várias disciplinas; (5) confrontaram-se as médias das classificações de cada disciplina com as médias nacionais; (6) foram elaborados quadros com estes dados para todas as disciplinas.

Após a sua apresentação e discussão no conselho pedagógico, o resultado deste estudo foi entregue a cada grupo disciplinar que o analisou e discutiu. Entendeu-se que os professores de cada disciplina seriam aqueles que melhor poderiam interpretar os dados obtidos, elaborar explicações, sugerir estratégias; igualmente se entendeu que os grupos disciplinares e/ou os departamentos seriam o lugar mais apropriado para o debate e a reflexão. Foi pedido ao coordenador que, além de uma reflexão sobre os resultados, se elaborasse um documento-síntese com sugestões concretas, propondo medidas a aplicar (anexo 10).

Pretendeu-se com esta metodologia recolher e organizar dados mais detalhados que permitissem aos grupos disciplinares analisar a situação e encontrar causas possíveis e estratégias que ajudassem os alunos a melhorar o seu desempenho nos exames nacionais.

No ano lectivo 2004/05, continuou-se a desenvolver este trabalho e avançou-se em outras direcções. O grupo de trabalho, agora denominado *observatório de qualidade*, propôs-se então fazer inquéritos a toda a comunidade escolar (professores, pessoal não docente, pais e alunos) para determinar o grau de satisfação relativamente aos vários domínios da escola (aspectos físicos, práticas pedagógicas, clima de escola, gestão, etc.).

Após a recolha e análise dos inquéritos, fez-se uma interpretação sectorial e deu-se a conhecer a cada grupo os resultados. Finalmente, foi elaborado um texto-síntese com os resultados globais que serviu de diagnóstico para o projecto educativo. Muitas medidas preconizadas no PE resultaram desse trabalho.

No ano lectivo 2005/6, continuou-se a analisar, usando as mesmas metodologias, os resultados dos exames nacionais. A este trabalho foram acrescentados outros: (1) a análise dos resultados das avaliações de final de período; (2) a análise do percurso dos alunos ao longo dos três anos do secundário e a percentagem de alunos que reprovaram ou desistiram de frequentar a disciplina (PE, pp. 20, 21, 22). O observatório de qualidade analisou ainda a percentagem de reprovação e abandono escolar no 3º ciclo, comparando-a com a nacional. Tudo isto foi apresentado e discutido em conselho pedagógico e em reuniões de departamento. Os grupos de Português e Matemática fizeram ainda uma apreciação dos documentos enviados pelo GAVE sobre os resultados dos exames de 9º ano (anexo 11).

No primeiro período do presente ano lectivo, foi feita uma análise dos resultados dos exames da escola (por turma e disciplina), confrontando-os com os resultados nacionais a partir das informações do ENES, e elaborado um quadro comparativo dos resultados nos últimos seis anos. Foi feita ainda uma análise da posição da escola nos *Rankings* publicados nos jornais, e elaborado um quadro (anexo 12). No início do 2º período foi feita, à semelhança dos anos anteriores, uma análise dos resultados da avaliação do 1º período por disciplina, turma, ano e ciclo (anexo 13).

Pretendeu-se, ao longo destes cinco anos, esboçar uma *avaliação interna* que envolvesse toda a comunidade numa dialéctica contínua de interacção, análise, crítica e re-análise. Tendo a vantagem de ser dinamizada de dentro da escola por pessoas que a conhecem bem e desejam contribuir para a sua

melhoria, pretendeu levar a comunidade educativa a reflectir conjuntamente sobre os resultados e a intervir activamente propondo estratégias para a sua melhoria. O esforço e empenho de muitos, durante quase cinco anos lectivos, não evita o reconhecimento de que se ficou aquém daquilo que é realmente uma auto-avaliação.

## **6.2. Resultados sociais da educação**

Apenas informalmente a escola tem um conhecimento do impacto da sua acção educativa ou do percurso escolar e/ou profissional dos seus alunos após a saída da escola. Este *feedback* é inevitável por ser Sesimbra um meio pequeno e a grande maioria dos professores e funcionários aqui viverem. Mas além disso, é desejado, uma vez que o relacionamento humano que se estabelece entre professores e alunos se estende muito para além dos anos de escolaridade.

Quanto às estratégias de monitorização e remediação do abandono escolar prosseguidas, podemos dizer que as assumimos como função fundamental da escola. Assim, os conselhos de turma e, especialmente o director de turma, estão atentos a quaisquer sinais que iniciem essa tendência procurando actuar conjuntamente com os pais e os técnicos dos apoios educativos. Quando se verifica que tal se deve a uma escolha errada do curso e/ou ao insucesso em determinadas disciplinas, procura-se reorientá-los no sentido de mudarem de turma ou de área (por exemplo, escolhendo cursos profissionais). Também a um nível mais institucional, não se autorizam as anulações de matrícula sem uma conversa prévia com os alunos e encarregados de educação, procurando, em geral, apurar os motivos que estão na base dessa decisão e procurando, com frequência, dissuadi-los.

Quando, não obstante todos estes esforços, eles insistem em abandonar a escola, por exemplo devido à necessidade de trabalharem, procura-se encaminhá-los para o ensino recorrente nocturno de forma a completarem a sua formação. Em anos anteriores, quando procuravam outras modalidades de ensino não existentes na nossa escola, desenvolviam-se esforços para obter informações sobre determinados cursos profissionais existentes na Forpescas, no Seixal, Almada ou Setúbal.

## **7. OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES PARA A CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA**

Historicamente Sesimbra foi um concelho isolado, pouco escolarizado e pobre. Ainda no início dos anos 1970s a única escola que permitia o prosseguimento de estudos, até ao antigo 5ºano, era um colégio particular. Quem não pretendia esta opção era obrigado a deslocar-se para Almada ou Setúbal e poucos o faziam. Actualmente, na vila, dominam os empregos sazonais fáceis, a vida nocturna intensa durante os fins de semana e o verão. Quer a herança histórica, quer o contexto actual pouco parecem contribuir para que a escola seja valorizada. Contudo, sente-se que tem havido melhorias ao longo destes vinte anos de existência da Escola Secundária de Sampaio.

Em forma de síntese, realçam-se três aspectos fundamentais numa caracterização geral da escola por serem recorrentemente referidos nos inquéritos à comunidade educativa, quer naqueles cujos resultados são anexados, quer em outros realizados no início do ano lectivo.

1º O aspecto físico da escola, reconhecido por todos como bonita, agradável, cuidada e acolhedora.

2º O ambiente caloroso, com relações humanas gratificantes.

3º A preocupação com a qualidade. E referimo-nos às aprendizagens, à relação pedagógica, aos resultados, aos serviços, à organização e gestão. Sendo certo que estamos ainda longe da excelência, é também verdade que há um grupo grande de pessoas (professores, pais, alunos, funcionários) que, de muitas formas, trabalham quotidianamente para que a nossa escola melhore e os nossos alunos, que passam grande parte do tempo connosco, possam crescer bem, desenvolvendo competências cognitivas, emocionais e sociais que lhes permitam realizar-se e contribuir activamente para a construção de um país mais próspero e de uma sociedade mais justa.